

SUMÁRIO

Nota à 4ª Edição	21
------------------------	----

Parte I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 1 ► CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES	25
1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial	25
2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real	27
2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico - Normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do Século XVII. A definição de Constitucionalismo	30
2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito	32
2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?	34
2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!	35
2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição Formal? A definição de supralgalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX	36
3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria....	37
4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein...	51
5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo.....	54
6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítica-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito	66
7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos	76
7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição dirigente e o constitucionalismo moralmente reflexivo	81
7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	86
7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas.....	89

7.4. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público	93
7.5. A Força normativa da Constituição e a Constituição Aberta de Konrad Hesse	96
7.6. A Constituição Simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o Transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo).....	98
7.7. O conceito Pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio... ..	108
8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso do Silva.....	109
9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos	117
10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz.....	118
11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso	119
12. Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	120
13. Estrutura e Elementos das Constituições.....	120
Capítulo 2 ► PODER CONSTITUINTE.....	125
1. Introdução	125
1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte.....	125
1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição?.....	126
2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual	128
3. Poder Constituinte Originário.....	129
3.1. Conceito e natureza jurídica	129
3.2. Classificação.....	131
3.3. Características do Poder Constituinte Originário	132
3.4. Titularidade do Poder Constituinte Originário	136
3.5. Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos.....	138
3.6. Dinâmica constitucional	139
4. Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações	144
4.1. Análise Específica do Poder Constituinte Derivado de Revisão da Constituição	147
4.2. Análise Específica do Poder Constituinte Derivado de Reforma via Emendas	148
5. Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações	161
6. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte	163
Capítulo 3 ► HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	171
1. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica	171
1.1. Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação	171
1.2. O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico.....	173
1.2.1. A Hermenêutica Clássica	173
1.2.2. A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico.....	178
1.3. A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social)	184
1.3.1. Uma disputa inicial: voluntas legislatoris x voluntas legis.....	184

1.3.2. Os métodos clássicos de interpretação.....	187
1.3.3. A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen.....	191
2. A Hermenêutica Constitucional.....	194
2.1. A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional.....	194
2.2. Métodos de Interpretação Constitucional.....	204
2.3. O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas.....	211
2.4. A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	221
2.4.1. Considerações iniciais.....	221
2.4.2. Princípios e regras.....	222
2.4.3. Proporcionalidade x Razoabilidade.....	229
2.4.4. A Estrutura “racional” da proporcionalidade.....	231
2.4.5. A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito).....	236
2.4.6. A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas.....	241
Capítulo 4 ► HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	245
1. Introdução: advertência.....	245
2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo.....	245
3. A Constituição do Império de 1824.....	246
4. A Constituição da República de 1891.....	249
5. A Constituição de 1934.....	254
6. A Constituição de 1937.....	258
7. A Constituição de 1946.....	261
8. A Constituição de 1967.....	266
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69).....	269
10. A Constituição de 1988.....	270

Parte II DIREITO CONSTITUCIONAL

Capítulo 5 ► PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	277
1. Introdução.....	277
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo.....	277
3. Classificação dos Princípios Estruturantes.....	283
4. Princípio Republicano.....	283
5. Princípio do Estado Democrático de Direito.....	285
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia.....	285
5.2. Estado de Direito.....	286
5.3. Democracia.....	288
6. Princípio Federativo.....	289
7. Princípio da Separação de Poderes.....	291
8. Fundamentos do Estado brasileiro.....	293
8.1. Introdução.....	293

8.2. Soberania.....	293
8.3. Cidadania.....	295
8.4. Dignidade Humana.....	295
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	300
8.6. Pluralismo Político	301
9. Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88....	302
10. Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais.....	302
Capítulo 6 ► TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	305
1. O que são direitos fundamentais?	305
1.1. Introdução.....	305
1.2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	307
1.3. Classificação dos direitos fundamentais.....	310
1.4. Gerações de direitos fundamentais	312
1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória	318
1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa.....	321
1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos	322
1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas do exercício das liberdades.....	323
1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais	326
2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	327
3. Características dos direitos fundamentais	328
4. Destinatários dos direitos fundamentais.....	332
5. Vinculação dos Poderes Públicos.....	334
6. Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	336
7. Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica às mesmas.....	341
8. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal.....	347
Capítulo 7 ► OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	357
1. Introdução: a noção de <i>dignidade da pessoa humana</i> como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	357
2. Vida.....	360
3. Liberdade	367
3.1. Liberdade de ação	369
3.2. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão	369
3.3. Liberdade de Consciência e Liberdade de crença	379
3.3.1. Liberdade de Consciência	379
3.3.2. Liberdade de crença	380
3.4. Liberdade de locomoção.....	384
3.5. Liberdade de profissão.....	385
3.6. Liberdade de reunião.....	386
3.7. Liberdade de associação.....	390
4. Igualdade	392
5. Propriedade	402
5.1. Conceito de propriedade	402
5.2. Função Social da propriedade	404
5.3. Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição	404
5.3.1. Servidão.....	404
5.3.2. Desapropriação	405
5.3.3. Requisição.....	408

5.4. Proteção constitucional ao bem de família	409
6. Direito à Privacidade, Direito à Intimidade e Direito à Imagem	409
7. Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Intercepção telefônica e gravação clandestina	412
8. A inviolabilidade do domicílio	420
9. Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada	422
10. O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos...	429
11. Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	443
12. Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	447
13. Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal	450
14. A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados Internacionais de direitos humanos	452
15. O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente ao mesmo.....	455

Capítulo 8 ► AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 461

1. Mandado de segurança	461
1.1. Conceito	461
1.2. Requisitos do Mandado de Segurança	462
1.3. Espécies de Mandados de Segurança	466
1.4. Direito Líquido e Certo	466
1.5. Cabimento.....	468
1.6. Legitimidade do Mandado de Segurança	475
1.7. Competência no Mandado de Segurança	481
1.8. Procedimento.....	485
1.9. Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis	491
1.10. Prazo do Mandado de Segurança	498
2. Mandado de Segurança Coletivo	501
2.1. Conceito	501
2.2. Finalidades.....	502
2.3. Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo	502
2.4. Procedimento.....	508
2.5. Decisão e Seus Efeitos	509
Súmulas do STF sobre mandado de segurança	511
Súmulas do STJ sobre mandado de segurança	514
3. Mandado de injunção	514
3.1. Conceito e Antecedentes Históricos	514
3.2. Finalidades.....	515
3.3. Requisitos.....	515
3.4. Legitimidade	517
3.5. Competência	519
3.6. Procedimento.....	520
3.7. Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção	521
4. Habeas Data	534
4.1. Conceito	534
4.2. Cabimento	535
4.3. Legitimidade	536
4.4. Competência	539
4.5. Procedimento.....	540
4.6. Decisão.....	541
4.7. Considerações Finais	543

5. Ação Popular	544
5.1. Antecedentes Históricos	544
5.2. Conceito	544
5.3. Requisitos da Ação Popular	546
5.4. Legitimidade	547
5.5. Procedimento	551
5.6. Competência	552
5.7. Decisão na Ação Popular	554
5.8. Considerações Finais	555
6. Habeas corpus	556
6.1. Origem do habeas corpus, a doutrina brasileira do habeas corpus e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico)	556
6.2. Conceito e natureza jurídica do instituto	560
6.3. Algumas características da Ação de habeas corpus	560
6.4. Espécies de habeas corpus	562
6.5. Cabimento do habeas corpus	563
6.6. Legitimidade ativa e passiva	569
6.7. Competência	570
6.8. Procedimento, decisão e recursos cabíveis	573
6.9. Considerações finais	576
Súmulas do STF sobre Habeas Corpus	580
Capítulo 9 ► DOS DIREITOS SOCIAIS	583
1. Introdução	583
1.1. Conceito e desenvolvimento - perspectiva histórica	583
2. Os Direitos Sociais: características, vinculatividade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos <i>prima facie</i>	585
3. A ideia de um “mínimo existencial”	588
4. A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais	591
5. Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso	597
6. Classificação dos Direitos Sociais	598
7. Direitos Sociais do Trabalhador	599
8. Direitos Sociais da Seguridade Social	602
8.1. Direito à Saúde	602
8.2. Direito à Previdência Social	605
8.3. Direito à Assistência Social	605
9. Direitos Sociais à Educação e à Cultura	606
9.1. Direito à Educação	606
9.2. Direito à Cultura	608
10. Direitos relativos à moradia	608
11. Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	609
12. Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	610
Capítulo 10 ► DIREITOS DA NACIONALIDADE	613
1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	613
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade	613
3. Espécies de nacionalidade	614
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária	614
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária	615

6.	Análise específica do Brasil.....	615
6.1.	Nacionalidade primária.....	615
6.2.	Nacionalidade secundária.....	618
7.	Distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	623
8.	Perda do direito de nacionalidade.....	625
9.	Extradicação, Expulsão e Deportação, Asilo Político e Refúgio.....	628
9.1.	Extradicação.....	628
9.2.	Expulsão.....	641
9.3.	Deportação.....	643
9.4.	Asilo Político e Refúgio.....	644
Capítulo 11 ► DIREITOS POLÍTICOS.....		649
1.	Conceito.....	649
2.	Espécies.....	649
3.	Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos.....	652
3.1.	Conceito de Sufrágio.....	652
3.2.	Espécies de Sufrágio.....	652
3.3.	Digressões sobre o voto.....	654
4.	Sistemas eleitorais.....	656
5.	Direitos políticos positivos.....	659
6.	Direitos políticos negativos.....	665
6.1.	Espécies.....	665
7.	Perda ou suspensão dos direitos políticos.....	694
8.	Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral.....	699
9.	Dos partidos políticos.....	701
Capítulo 12 ► ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....		715
1.	Introdução.....	715
2.	Espécies ou tipos de formas de Estado.....	715
3.	Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição.....	721
4.	Técnicas de repartição de competências.....	730
Capítulo 13 ► DA INTERVENÇÃO FEDERAL.....		777
1.	Princípios que regem a intervenção federal.....	777
1.1.	Princípio da excepcionalidade.....	777
1.2.	Princípio da Taxatividade.....	778
1.3.	Princípio da temporalidade.....	778
2.	Conceito.....	779
3.	Procedimentos.....	779
4.	Intervenção Estadual.....	785
Capítulo 14 ► PODER LEGISLATIVO.....		787
1.	Funções.....	787
1.1.	Funções típicas.....	787
1.2.	Funções atípicas.....	787
2.	Composição.....	788
3.	Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo.....	792
3.1.	Funcionamento.....	792
3.1.1.	Legislatura.....	792
3.1.2.	Sessão legislativa.....	792

3.1.3.	Período legislativo.....	793
3.1.4.	Sessão ordinária.....	793
3.1.5.	Sessão extraordinária.....	795
3.1.6.	Sessão legislativa extraordinária.....	795
3.2.	Estrutura das Casas legislativas.....	796
3.2.1.	Mesas das Casas. O que são as mesas?.....	796
3.2.2.	Comissões.....	799
4.	Estatuto dos Congressistas.....	810
4.1.	Conceito.....	810
4.2.	Análise.....	810
5.	Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	834
Capítulo 15 ► PROCESSO LEGISLATIVO.....		843
1.	Conceito.....	843
1.1.	Conceito jurídico.....	843
1.2.	Conceito sociológico.....	843
2.	Espécies Normativas Primárias.....	843
3.	Tipos de processo legislativo.....	844
3.1.	No que diz respeito à organização política.....	844
3.2.	No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico.....	845
4.	Fases do processo legislativo.....	846
4.1.	Fase introdutória (de iniciativa).....	846
4.2.	Fase constitutiva.....	846
4.3.	Fase complementar (integração de eficácia).....	846
4.4.	Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória.....	847
4.4.1.	Conceito de iniciativa.....	847
4.4.2.	Espécies de iniciativa.....	847
4.4.3.	Observações finais sobre a fase de iniciativa.....	848
5.	Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária.....	850
6.	Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares.....	861
6.1.	Leis Complementares: Conceito.....	861
6.2.	Procedimento para elaboração de leis complementares.....	861
7.	Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas.....	864
7.1.	Leis Delegadas: Conceito.....	864
7.2.	Procedimentos.....	865
8.	Medidas Provisórias.....	867
8.1.	Conceito.....	867
8.2.	Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88.....	868
8.3.	Procedimentos de tramitação de uma MP.....	871
8.3.1.	Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas.....	871
8.3.2.	Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	871
8.4.	Observações Finais sobre as medidas provisórias.....	872
9.	Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais.....	879
9.1.	Conceito.....	879
9.2.	Procedimento.....	879
10.	Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções.....	881
10.1.	Conceito geral.....	881
10.2.	Conceito de Decreto Legislativo.....	882
10.3.	Procedimento do Decreto Legislativo.....	882
10.4.	Conceito de Resoluções.....	882
10.5.	Procedimento das Resoluções.....	883

Capítulo 16 ▶ PODER EXECUTIVO	885
1. Introdução	885
2. Funções.....	885
2.1. Função típica do Poder Executivo	885
2.2. Funções atípicas do Poder Executivo	885
3. Sistema de governo.....	886
3.1. Conceito	886
3.2. Principais espécies	886
4. Estrutura do Poder Executivo:.....	887
4.1. Presidente.....	887
4.2. Vice-Presidente.....	895
4.3. Ministros de Estado:.....	896
4.4. Conselho da República e Conselho da Defesa.....	898
5. Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	899
5.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República	900
5.1.1. Conceito.....	900
5.1.2. Procedimento	900
5.2. Crimes Comuns do Presidente da República	903
5.2.1. Conceito.....	903
5.2.2. Procedimento	903
 Capítulo 17 ▶ PODER JUDICIÁRIO	911
1. Funções do Poder Judiciário	911
2. Órgãos do Poder Judiciário	912
3. Garantias.....	924
3.1. Garantias Institucionais.....	925
3.2. Garantias dos membros	927
3.2.1. A vitaliciedade	927
3.2.2. Inamovibilidade.....	928
3.2.3. A irredutibilidade dos subsídios.....	929
4. Observações importantes sobre o Poder Judiciário.....	932
5. Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário.....	937
5.1. Supremo Tribunal Federal	938
5.2. Uma pequena Reflexão Crítica: <i>quis custodiet ipsos custodes?</i>	967
5.3. Súmulas Vinculantes	976
5.4. Superior Tribunal de Justiça	985
5.5. Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	991
5.6. Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral	998
5.7. Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1000
5.8. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito	1003
5.9. Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1013
 Capítulo 18 ▶ FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1031
1. Ministério Público	1031
2. Advocacia pública.....	1056
3. Advocacia.....	1059
4. Defensoria pública	1066

Capítulo 19 ▶ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1075
1. Introdução: Finalidade das Medidas	1075
2. Princípios Norteadores.....	1077
3. Estado de Defesa	1078
3.1. Conceito e Hipóteses.....	1078
3.2. Hipóteses	1079
3.2.1. Requisitos para a Decretação	1079
3.3. Procedimento.....	1079
3.4. Prazo	1080
3.5. Abrangência	1080
3.6. Controle	1080
3.7. Restrições de Direitos.....	1081
4. Estado de Sítio.....	1082
4.1. Conceito	1082
4.2. Hipóteses	1083
4.3. Procedimento.....	1083
4.4. Prazo	1084
4.5. Abrangência	1084
4.6. Controle	1084
4.7. Restrições	1085
5. Forças Armadas	1086
6. Segurança Pública.....	1090
6.1. Polícias da União	1091
6.2. Polícias dos Estados	1091
6.3. Polícia do Distrito Federal	1093
6.4. Polícia dos Municípios	1093
Capítulo 20 ▶ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1095
1. Conceito.....	1095
2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade	1097
3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade	1105
4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções	1113
5. Notas históricas sobre o controle judicial repressivo.....	1117
6. Análise específica da Regra Geral.....	1123
6.1. Controle difuso-concreto no Brasil.....	1123
6.2. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil.	
ADI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	1139
6.2.1. Conceito	1139
6.2.2. Objeto da ADI.....	1139
6.2.3. Legitimidade	1154
6.2.4. Procedimento da ADI.....	1156
6.2.5. Julgamento da ADI	1162
6.2.6. Algumas observações finais	1174
6.3. Procedimento da medida cautelar	1178
6.4. Procedimento especial (diferenciado) na ADI	1181
6.5. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade	1181
6.5.1. Conceito	1181
6.5.2. Objeto	1182
6.5.3. Finalidade da ADC.....	1182
6.5.4. Legitimidade	1182
6.5.5. Procedimento	1183

6.5.6.	Julgamento da ADC	1185
6.5.7.	Efeitos da decisão da ADC.....	1185
6.5.8.	Observações finais sobre a ADC.....	1186
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	1187
7.1.	Conceito	1187
7.2.	Objeto.....	1188
7.3.	Legitimidade	1188
7.4.	Espécies de ADI por omissão	1189
7.5.	Procedimento.....	1191
7.5.1.	Procedimento da ADI por omissão total.....	1191
7.5.2.	Procedimento da ADI por omissão parcial	1191
7.6.	Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1193
7.6.1.	Efeitos da decisão de uma ADI por omissão.....	1193
7.7.	Observações finais.....	1197
8.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva)	1199
8.1.	Conceito	1199
8.2.	Finalidades.....	1199
8.3.	Objeto.....	1199
8.4.	Legitimidade ativa	1200
8.5.	Procedimento.....	1200
8.6.	Julgamento	1203
8.7.	Efeitos da Decisão: provimento de uma ADI interventiva	1203
8.8.	Observações Finais sobre a ADI interventiva	1204
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	1205
9.1.	Conceito	1205
9.2.	Espécies de ADPF	1206
9.3.	Objeto.....	1208
9.4.	Legitimidade	1209
9.5.	Procedimento.....	1209
9.6.	Julgamento	1215
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF	1215
9.8.	Observações finais.....	1216
10.	Controle Concentrado In Abstrato de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1217
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade	1226
11.1.	Interpretação conforme a Constituição	1226
11.1.1.	Introdução	1226
11.1.2.	Conceito	1227
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição.....	1228
11.1.4.	Observação Final	1228
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1228
11.2.1.	Introdução	1228
11.2.2.	Conceito.....	1229
11.2.3.	Observações finais.....	1229
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade	1230
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1231
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas.....	1234
11.5.1.	Conceito	1234
12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade	1236
12.1.	Introdução.....	1236

12.2. Sentenças Interpretativas.....	1238
12.2.1. A Interpretação conforme a Constituição.....	1238
12.2.2. Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto.....	1240
12.3. Sentenças aditivas.....	1241
12.4. Sentenças aditivas de princípios.....	1242
13. Sentenças substitutivas.....	1242
14. Sentenças Transitivas.....	1243
14.1. Introdução.....	1243
14.2. Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo.....	1246
14.3. Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida.....	1247
14.4. Sentenças de Apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva).....	1248
14.5. Sentenças de aviso.....	1248
14.6. Conclusão.....	1249
Capítulo 21 ► DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL.....	1251
1. O Conceito de “Ordem”.....	1251
2. A Ordem Econômica.....	1251
2.1. A Ordem Econômica e a Constituição Econômica.....	1252
2.2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1253
2.3. Princípios da Ordem Econômica.....	1255
2.3.1. Função Social da Propriedade Urbana/Rural.....	1255
2.3.2. Livre Concorrência.....	1257
2.3.3. Defesa do Consumidor.....	1258
2.4. A Política Urbana.....	1259
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1260
2.5. A Política Agrícola e Fundiária.....	1261
2.5.1. Desapropriação para fins de Reforma Agrária.....	1262
3. A Ordem Social.....	1263
3.1. A Seguridade Social.....	1264
3.1.1. Saúde.....	1265
3.1.2. Previdência Social.....	1267
3.1.3. Assistência Social.....	1269
3.2. A Educação, a Cultura e o Desporto.....	1269
3.3. A Ciência e Tecnologia.....	1275
3.4. A Comunicação Social.....	1275
3.5. O Meio Ambiente.....	1276
3.6. A Família, a Criança, o Adolescente, o Jovem e o Idoso.....	1279
3.7. Os Índios.....	1284
Referências bibliográficas.....	1289